



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 03/2013

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM

28 de junho de 2013

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Francisco da Silva António

2º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;**
- 2. 1ª Revisão Orçamental;**
- 3. Compromissos assumidos no âmbito da autorização prévia aprovada pela A.M. em 28/09/2012 (Lei dos Compromissos);**
- 4. Designação dos membros do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo;**
- 5. Apresentação do Relatório de Atividades da CPCJ de Sardoal de 2012.**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Joaquim António Lopes Serras, Manuel Paulo de Almeida da Silva, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Carlota Maria Garibaldi Serrão Mora, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Marta Tavares, Francisco da Silva António, Luis Patrão Salgueiro, Victor Lopes Pires, António Pereira Fernandes, Manuel José dos Santos Serras e Fernando Teresa da Silva. -----

Estiveram presentes os Senhores, Vice-Presidente da Câmara e Vereadores, Fernando Vasco e Pedro Duque. -----

O Senhor Presidente da Câmara não compareceu na reunião por se encontrar de férias. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputados José Maria Mora de Campos, Adérito Miguel Gaspar Garcia e Pedro Miguel Matos Carreira. Os Senhores deputados Adérito Miguel Gaspar Garcia e Pedro Miguel Matos Carreira justificaram antecipadamente a sua falta. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o Senhor deputado Manuel Serras referindo que neste final de mandato começa a sentir-se cansado e também melindrado com algumas coisas que se têm passado até mesmo em relação ao concelho e inclusive a algumas pessoas que aparecem nas comunicações da Câmara. -----
Começou por dizer que o Senhor Vice-Presidente tem muita coragem em estar presente, a desempenhar as funções de Presidente quando o próprio Presidente nunca ali “põe os pés” e na sua opinião, esta é a pior vergonha que se pode passar numa Câmara, quando um Presidente delega e nunca aparece. -----

Referiu também que deveria de haver um bocadinho mais de cuidado da parte do Senhor Presidente da Câmara quando deixa passar certas comunicações para a rua e inclusive, quando se faz promoções de pessoas que talvez tenham sido um mau exemplo no concelho e, pessoas que andaram toda a vida a dar a cara e a trabalhar para o bem comum, sejam lesadas com essas comunicações. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras referindo-se ao turismo, querendo destacar o facto de que, muito brevemente, no lugar da Presa, estará disponível um espaço de alojamento local com quatro quartos, com capacidade para oito pessoas e que se vai especializar, especialmente, em trazer turistas estrangeiros, o que na sua opinião será uma mais-valia para o concelho. É um investimento feito por pessoas que não estavam relacionadas com o concelho Sardoal, mas que o escolheram para investir, compraram o edificio do Casal Adélia, fizeram lá algum investimento e vão iniciar a exploração com alojamento local especializado para um segmento superior e que neste momento já se encontra em sites especializados. Na sua opinião é importante este tipo de investimentos para o concelho de Sardoal. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista referindo estar com alguma relutância na intervenção que vai fazer, mas como de facto o tempo passa e, as coisas acabam por se esquecer e, apesar de a pessoa que gostaria que ali estivesse para dar a resposta não estar presente na Assembleia, fará a intervenção na mesma e depois, como fica na ata, se a pessoa quiser responder, na próxima, quando for, poderá responde-lo. -----

As regras essenciais da democracia são o respeito pelos direitos e deveres de cada um dos cidadãos, sem o que, de muito pouco ou nada valem, por isso e, nestes tempos vemos cada vez mais proliferar a

desilusão porque ninguém quer colocar de parte aquilo que supõe em ser os seus direitos, esquecendo os deveres que lhe são opostos, mas que se complementam, Há muitos anos que Luther King proferiu o seu mais esperançoso discurso de que tinha um sonho, o de ver todas as diferenças e isolamentos terminados, de ver um mundo diferente para melhor, de ver toda a gente com o indispensável e necessário para ter uma vida digna. Parece que o sonho e, infelizmente, não passou disso mesmo, um sonho que deu num despertar onde cada vez há mais abandonos, mais gente triste, mais gente sem esperança.-----

Hoje, toda uma sociedade que se deveria sentir irmanada na sua quota-parte de responsabilidade, quer por omissão, quer por desinteresse, denota muito particular que aqueles que desgovernaram, vive momentos de verdadeira incompreensão por tudo o que vai vendo e ouvindo, em que uns tantos se roga o direito de sobre eles se impor, esquecendo, ou talvez não, onde acabam os direitos e começam os deveres. -----

Não se querendo alongar muito mais nestes considerandos, muito embora a sua discordância sobre muitos procedimentos, não seja de agora mas de há muitos anos atrás, talvez muitos anos ainda antes da conquista da democracia. -----

Apraz-lhe perguntar se foi para os momentos que se viveram, onde chamar toda a espécie de nomes parece ser regra de ouro e a falta de respeito pelas instituições, a consequência direta que foi feito o movimento de abril, ou se for uma regra que lhe escapa, uns tantos senhores, poucos ou muitos, conforme o prisma de cada um, se roga o direito de exigir para a sua vontade, porque os outros não contam. E esses são os sem voz, que não têm câmaras de televisão para lhes dar o protagonismo mediático que levam estes senhores a considerarem-se os heróis dos tempos modernos. Quando se vivem estes sentimentos todos os dias, nada mais natural do que cambiar o desânimo, o descrédito, a perda de confiança num amanhã diferente, onde ainda possa ter lugar a esperança e, talvez o sonho se torne realidade. -----

O Senhor deputado Anacleto Batista referiu ter feito este introito, a propósito da intervenção do Senhor deputado Adérito Garcia, na sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2012, transcrita na página onze, da respetiva ata, passando a citar: *“Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo que de facto o outsourcing é uma ferramenta utilizada inclusive nas empresas, a grande questão que se coloca é a forma como se utiliza, se utiliza bem ou se utiliza mal, se utiliza para contratar serviços que efetivamente fazem falta ou se utiliza para dar resposta a clientelas partidárias, nomeadamente a empresas que são criadas poucos dias antes de serem assinados alguns contratos, que, daquilo que se percebe, a única clientela que têm é o Município de Sardoal. Não é difícil encontrar*

duas ou três ou quatro, para prestar serviços de necessidade duvidosa, não referindo que serviços são esses, mas tem algumas bem inventariadas, sócios inclusive, que por curiosidade e, sem querer ferir suscetibilidades de ninguém, mas uma grande maioria fizeram parte ou fazem das listas ou dos eleitos do PSD”. -----

Disse ainda o Senhor deputado Anacleto batista, que na mesma Assembleia fez uma intervenção, em que afirmou que constitui crime grave num órgão político, estar a tecer considerações e com o levantar de calúnias sobre pessoas que neste momento não estão presentes para se defender, e que efetivamente ou utiliza as coisas por completo, ou então cala-se, porque de outro modo pode ter uma queixa-crime por abuso daquilo que não lhe está cometido, nem sequer num órgão político.

Passou novamente a citar o Senhor deputado Adérito Garcia, que referiu que “*irá tratar oportunamente dos requerimentos que entender e tratará do assunto na Assembleia com toda a informação...*”, acontece que mais de um ano decorrido, ainda aguarda que esta Assembleia e o próprio deputado Anacleto Batista, que sejam revelados os nomes implicados naquela intervenção. É caso para dizer que se é este o conceito de democracia do Senhor deputado Adérito Garcia, poderá afirmar-se que democrata e respeitador dos direitos dos cidadãos, tem muito pouco ou nada, nada mais terá para dar ou para oferecer. Espera que se vier a continuar a integrar listas para este órgão, tenha presente que, falar só por falar, não é muito digno de quem se acha no direito, será, de difamar e nunca mais apresentar provas do que disse e que é o inverso dos valores da democracia. -----

Continuou o Senhor deputado Anacleto Batista dizendo eu, como possível alternativa, muito mal se irá se as pessoas continuarem a ser enxovalhados de forma mais ou menos gratuita, como parece o caso em análise, sem qualquer resposta ou intervenção que viesse esclarecer a afirmação produzida. Basta de se querer do que na realidade se não é, democrata. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo-se ao que disse o Senhor deputado Joaquim Serras sobre o turismo, que é um projeto financiado pela Tagus, da qual a Câmara Municipal também faz parte da direção, e é uma associação que muito tem contribuído para o desenvolvimento da região e era importante que se pensasse e, na Tagus irá fazer-se, aliás neste momento a presidência da Tagus é da Câmara Municipal de Sardoal, assinalar condignamente os vinte anos da associação, que muito tem feito em prol do concelho de Sardoal. -----

Ao Senhor deputado Manuel Serras, agradeceu as suas palavras, referindo que se encontra neste lugar para cumprir a sua função, a sua obrigação para a qual foi eleito. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Manuel Paulo referindo-se às palavras do Senhor deputado Anacleto Batista, sobre a democracia e não democracia e não lhe cabendo a si defender aquilo que

defendeu um deputado, colega de bancada, embora pense que, de acordo com a transcrição feita da ata, poderia subscrever por inteiro, o que o deputado Adérito Garcia considerou. De qualquer das formas, a propósito de democracia, aproveitando para se congratular pelo facto de, finalmente naquela Assembleia, alguém ter levantado a voz para criticar o facto de o Senhor Presidente ser uma peça ausente na Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi eleito pelo povo para representar o povo, naquela Assembleia, isso sim, é falta de democracia, ele não corresponder àquilo para que foi eleito, que é estar presente, dar a cara e responder aos deputados, ouvir os deputados municipais sobre o que se passa no concelho. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que, se nessa Assembleia disse o que disse e que mantém na íntegra, não é que esteja minimamente preocupado porque o seu nome é público, estando bem escrito em todo o lado e nada tem a ver com isso. Custa-lhe efetivamente como cidadão normalíssimo, ver alguém proferir uma acusação, que o senhor deputado diz que subscreve e não apresentar as provas, pois gostaria que efetivamente se apresentasse até para se aclarar muitas das situações do “diz-se” em que depois mais ou menos todos são envolvidos. Na sua experiencia, muito ou pouca, não muita mas também não tão pouca quanto aquilo que tem, pelo menos sempre procurou e foi ensinado de principio, quando começou a viver a politica a sério, que uma das coisas, chamada regra da democracia, era precisamente isto, direitos e deveres estão em igualdade uns com os outros. Se tem o direito de proferir uma acusação, tem o dever e a obrigação de fazer a prova da mesma, tendo chamado a atenção naquela Assembleia para a gravidade da acusação que estava a ser feita. Se efetivamente o senhor deputado a subscreve, lamenta que subscreva uma afirmação deste género, porque um ano e tal depois, quase dois, sem ter aparecido um requerimento, deve, o Senhor deputado compreender que é muito desagradável e pensa que, com o devido respeito, por toda a gente que faz parte daquela Assembleia, que todos se deviam sentir tristes por, efetivamente se fazerem acusações e não se fazer a prova daquilo que se diz. É um ponto de vista e respeita-o, como o de todos e, no início da intervenção referiu que não estava com muita vontade de fazer a intervenção, mas como não se sabe se em setembro haverá plenário para se falar sobre o assunto fê-la porque a tinha preparado para a fazer naquele dia, estando até preparada para ser feita na anterior sessão e só não foi feita porque não teve tempo de completar o trabalho que tinha começado. -----

O Senhor deputado Anacleto Batista continuou referindo que, de todas as coisas que mais respeita, fundamentalmente a nível deste país e daquilo que se passa no país, é olhar para aqueles que ainda hoje continuam a respeitar e, apesar de haver quem tenha opiniões contrárias, continuam a dar-se-lhe o devido respeito que essas pessoas têm, muito embora digamos, haja intervenções de muitos políticos

que não seriam credores, no seu ponto de vista e da sua parte, daquele crédito que tinham enquanto estiveram no ativo, sendo essa uma outra coisa que ali não interessa e, para si, tendo feito parte de uma lista, nunca renegou, não exigiu por si, exigia efetivamente que ficasse claro de uma vez por todas, quer dizer isto, que não tinha problemas absolutamente nenhuns, de votar e apoiar algo que fosse efetivamente contrário aos princípios democráticos daquilo que se estivesse a passar. Quem o conhece, sabe perfeitamente bem que não tem o menor problema em estar ao lado daquilo que é a justiça e a verdade, sempre se pautou por estes princípios e deles não abdica. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo que, como sempre tem feito desde que ocupa o lugar de secretário na Assembleia, sempre que entende por conveniente intervir, tem-no feito e não se tem escondido atrás dos papéis nem da secretária. A intervenção que está prestes a fazer é de sua responsabilidade, não é da responsabilidade do secretário da mesa nem do presidente da mesa nem da senhora segunda secretária. -----

O Senhor deputado referiu ter gostado muito de ouvir as palavras do Senhor deputado e, seu companheiro Anacleto Batista, querendo lembrar algumas pessoas presentes, mais jovens do que alguns que estão presentes, que antes do 25 de abril eram considerados comunistas, sempre que diziam alguma coisa menos conveniente, ou porque se calhar não iam à missa todos os domingos, hoje, infelizmente, parece que passaram a ser fascistas, mas não faz mal, pois estão cá e, por cá irão continuar. -----

Continuou, dizendo estar na Assembleia Municipal há três mandatos, sempre na qualidade de secretário, sempre teve o melhor relacionamento com os senhores presidentes da mesa, com quem teve a oportunidade de trabalhar, tendo sido só dois e, nos dois primeiros mandatos, as atas eram redigidas manualmente, o que lhes dava imenso trabalho e, neste último mandato felizmente, teve-se ao dispor meios técnicos que permitem a gravação das mesmas. -----

Muitas vezes o Senhor Presidente da atual Assembleia Municipal tem sido criticado por alguns dos seus companheiros e por si próprio, pelo facto de privilegiar em demasiado o diálogo muitas vezes com utilização de tempos, muito mais para além daquilo que o Regimento da Assembleia Municipal determina. Não lhe consta que o Presidente atual da Assembleia Municipal alguma vez tenha atropelado quem quer que seja, e muito menos tenha impedido alguém de tomar a palavra, o tempo que o orador entendeu por conveniente e necessário. Tratando-se de um jovem e lidando com a irreverência que é própria da juventude, seria perfeitamente aceitável alguma frase menos conveniente ou inoportuna que porventura tivesse utilizado na condução dos trabalhos desta Assembleia Municipal, o que, felizmente nunca aconteceu, pelo que se lembra. -----

Todas estas palavras, são a propósito de, infelizmente ter visto escrito num sítio, que o atual Presidente da Assembleia Municipal de Sardoal não é isento nem imparcial no cumprimento do Regimento desta Assembleia. Isto é uma pura mentira que apenas define só por si o mau carácter e a má intenção de quem produziu tal informação. Nestas condições e, tendo pena que naquele dia só estivesse presente a Senhora deputada Carlota, que esteve na última sessão, o Senhor deputado Manuel Paulo e a Senhora deputada Marta Tavares não estavam, quando da intervenção do Senhor Mora de Campos, porque, na sua opinião, independentemente do Senhor deputado Mora de Campos merecer na qualidade de cidadão e também na qualidade de deputado Municipal a maior consideração, por tudo aquilo que fez pelo concelho de Sardoal, pelas amizades que granjeou também pelas aldeias e, é testemunha disso, tendo conversado com ele na sua aldeia onde aparecia em representação do seu partido, muitas vezes sozinho e, fê-lo várias vezes. Não está em causa tudo aquilo que foi a pessoa do Senhor deputado Mora de Campos, está em causa sim, a intervenção que fez e, pior do que essa intervenção que até já tinha sido esquecida, tanto que nem o Senhor Presidente da Mesa falou nela, foi de facto o Partido Socialista ter escrito aquilo que escreveu e, na sua opinião, o que se impõe é uma regra democrática num país democrático, é de facto que o Partido Socialista democraticamente faça chegar um pedido de desculpas ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Sardoal. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Carlota Mora, referindo não querer pronunciar-se sobre este assunto, querendo só recordar o que está mencionado no número um do artigo catorze do Regimento da Assembleia Municipal que diz: “ Os membros da Mesa que quiserem usar da palavra, deixarão as suas funções, podendo retomá-las no final da intervenção”. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António referindo que a Senhora deputada tinha toda a razão, mas que tem sido prática daquela Assembleia, ao longo de todas as sessões, de facto, muitas coisas não serem cumpridas e os tempos muitas vezes deviam ser cumpridos, nomeadamente por parte do Partido Socialista, que não são minimamente respeitados e o Presidente nunca se importou com isso. Antes de ser eleito secretário e o Presidente antes de ser eleito Presidente foi eleito deputado municipal e, nessas condições, como deputado municipal tem o direito de intervir as vezes que entender por conveniente, mesmo contra esse tal número um que tinha sido acabado de ser frisado mas, não é isso que o preocupa, o que o preocupa é ter-se escrito que o atual Presidente não é imparcial e não é isento e não é uma pessoa séria, isso é que não está correto e não lhe parece que haja alguma coisa no regimento que permita que alguém venha escrever essas coisas nas redes para toda a gente ler, pois isso é que não lhe parece correto e, a sua revolta está exatamente aí, não é pelo facto de não ter sido cumprido o artigo, porque ninguém consegue decorar o Regimento todo e para

mais, o Presidente está a fazer o seu primeiro mandato, é um jovem, não o pode cumprir a cem por cento, porque também dele não terá todo conhecimento, como ele próprio não tem e que está naquela posição há mais tempo, mas vir chamar uma pessoa de irresponsável, de não ser isento, a uma pessoa que tem sido muito tolerante, não pode concordar e daí a sua revolta. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa referindo ficar espantado pela forma como a Senhora deputada se agarra a um formalismo para o seu interesse e esquece-se, para o seu interesse, para o chamar à atenção de uma coisa e, o que lhe exigem é que, cada vez que manifesta a sua opinião, assumo o formalismo de dizer que sai das suas funções, como se isso fosse necessário e, pedindo desculpa pelo que irá dizer, referiu que na sua opinião, essa situação, seria como o passar de um atestado de ignorância que passava aos deputados municipais, dizer que, cada vez que manifesta a sua opinião, é a opinião do deputado municipal e não do Presidente da Assembleia Municipal. Para si este é um formalismo completamente desnecessário e que iria tornar esta Assembleia penosa. A sua forma de estar na política é esta e, sempre que ali manifestou a sua opinião, as vezes que o fez de uma forma mais leve, acha que nunca foi da maneira que os deputados do Partido Socialista querem fazer entende-la e, se o seu formalismo e o rigor, que a Senhora deputada fala fosse assim, de facto, em termos de tempos, teria de estar sempre a cortar a palavra aos Senhores deputados do Partido Socialista e, optou por não o fazer, mas isso já não se lembram e, não acha justo que o faça. -----

Referiu ainda o Senhor Presidente da Assembleia que não irá mudar os seus procedimentos agora, por se estar em final de mandato e pensa que a Assembleia irá continuar da forma como continuou, apesar do debate, que foi o que tentou que ali acontecesse e depois, os Senhores munícipes terão a sua palavra. -----

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente mostrando a sua disponibilidade para qualquer esclarecimento necessário. -----

Referiu ser de realçar que, em igual período, entre 15 de junho de 2012 e 15 de junho de 2013, houve uma diminuição da dívida de um milhão e noventa mil euros, quinze por cento, entre a última reunião de 15 de abril, uma diminuição de 2%, mais pequena, havendo a registar a entrada do PAEL, que se verifica nas dívidas a médio e longo prazo mas também há uma diminuição de curto prazo, o que mesmo assim, faz com que se tenha feito uma redução de 2%, cento e trinta e oito mil euros, porque

realmente a dívida do PAEL, não é uma dívida que cresce mas que transita, de fornecedores para médio e longo prazo, trezentos e pouco mil euros, porque ainda não veio a totalidade. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Manuel Paulo referindo-se ao centro de férias de Cabaça das Mós e a zona de lazer da Lapa, querendo saber para quando se prevê que essas obras possam estar concluídas no centro de férias e na zona de lazer da Lapa e, indagou ainda sobre a oportunidade de se fazer esse tipo de intervenções só agora, quando se está no começo do verão e é o período nobre para se utilizar essas infraestruturas, sendo que as obras já deveriam de estar concluídas, referindo não saber se obedece a algum calendário eleitoral, mas na sua opinião parece-lhe que não. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente dizendo que as obras não obedecem a calendário eleitoral algum, mas sim, as mesmas estão relacionadas com uma nova realidade que os municípios têm que é a Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso. A Lei saiu em 24 de fevereiro de 2012, mas entretanto existe uma regulamentação que tarda em sair e que atrasou um pouco todo o processo e, agora a Câmara só pode fazer uma obra quando se tem dinheiro para ela, assim, tem de haver uma programação com o fundo disponível. No início há uma programação em que se sabe que, durante os próximos meses ter-se-á “x” de fundo disponível, então programam-se as obras conforme esse fundo disponível que existe, porque a Câmara não pode aumentar de modo nenhum a dívida, por isso acha muito bem e, como diz, tem pena que esta lei não tenha vinte anos. O mesmo aconteceu com outras obras que a Autarquia tem feito. -----

Relativamente ao término do centro de férias de Cabeça das Mós, esta é uma obra mais demorada e vai demorar mais tempo. Relativamente à Lapa, referiu o Senhor Vice-Presidente que esta é uma obra muito mais rápida e, provavelmente durante o mês de julho, essa é a vontade da Autarquia de que possa estar concluída, até porque agora tem de se aproveitar a falta de caudal, de modo nenhum esta obra poderia ser feita noutra altura, porque tem de se aproveitar quando o caudal é menor.-----

2. 1ª Revisão Orçamental;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que o facto de surgir esta revisão orçamental, tem a ver com uma parte, fazer parte da componente técnica, ou seja, com o saldo da gerência do ano anterior que é de cerca de cento e quarenta e dois mil quinhentos e sete euros, é necessário que esse saldo seja distribuído pelo orçamento. O que a Câmara propõe é que esse saldo, de cento e quarenta e dois mil euros, seja cinquenta mil e novecentos, para a Caixa Geral de Aposentações, porque tem a ver com a passagem da taxa de quinze para vinte por cento, havendo um aumento da comparticipação da taxa da Caixa Geral de Aposentações e também, noventa e um mil para encargos em instalações, nomeadamente luz elétrica e outros encargos que se tenham a mais com as instalações, é o que se

prevê onde possa ser necessário. Existe um saldo da conta de gerência anterior de cento e quarenta e dois mil quinhentos e sete euros e que tem de ser distribuído pelo orçamento porque era um valor que não fazia parte dos documentos previsionais, não era previsível que este saldo fosse deste valor. -----

O Senhor Vice-Presidente informou que as contas da Autarquia de 2010, 2011 e 2012 já foram objeto de análise pela inspeção-geral de finanças tendo sido já apresentada verbalmente as conclusões a que tinham chegado, podendo assim dizer que a Câmara pode estar satisfeita, tendo o chefe da equipa referido que a Autarquia não está nas melhores Câmaras do país, mas também está muito longe das piores, pelas contas que tem apresentado. -----

Considerando a alínea b) do nro 2, do artº 53º, da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por maioria, com 13 votos a favor da bancada parlamentar do PSD e três abstenções da bancada parlamentar do PS, aprovar a 1ª Revisão Orçamental. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

3. Compromissos assumidos no âmbito da autorização prévia aprovada pela A.M. em 28/09/2012 (Lei dos Compromissos);

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo ter sido feita uma autorização prévia para a solução de compromissos, salvo erro, de valores que sejam plurianuais, ou seja, todos os compromissos plurianuais têm de ser presentes à Assembleia Municipal, tendo a Autarquia assumido cinco compromissos em que são distribuídos pelos anos 2013, 2014 e alguns também 2015. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo solicitando que fosse esclarecido o porquê de um valor tão elevado de comunicações móveis, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que está relacionado com o novo contrato efetuado com a Optimus, para três anos e que inclui todas as comunicações da autarquia, fixas e móveis. Existe o valor de nove mil euros, que é o restante do ano e será pago ainda este ano. Com este contrato reduziu-se seiscentos euros por mês nas contas das telecomunicações. Ainda assim, a Câmara não está satisfeita, porque houve compromissos da parte da Optimus, nomeadamente no reforço da rede, que não está a cumprir. Em termos de equipamentos, a Câmara não os comprou, porque os próprios contratos preveem o fornecimento de um valor “X” em equipamento. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

4. Designação dos membros do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo;

O Senhor Presidente da Mesa informou que em virtude da reestruturação do agrupamento, é pedido que se designe um novo membro, para integrar o ACES do Médio Tejo. O representante da Assembleia Municipal é o deputado Senhor Anacleto Batista e enquanto Presidente da Mesa faz a proposta, até porque o mandato terá de ser repostado aquando da nova Assembleia Municipal, propondo o nome do Senhor Anacleto Batista para continuar como representante da Assembleia Municipal no ACES. -----

Considerando o artº 31º, nº 1, alínea b) do decreto-Lei nº 28/ 2008, d e22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 253/ 2012, de 27 de novembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, nomear o Sr. Anacleto da Silva Batista, como representante da Assembleia Municipal, para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo, com 13 votos da bancada parlamentar do PSD e 3 votos em branco.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5. Apresentação do Relatório de Atividades da CPCJ de Sardoal de 2012.

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara dado que é também Presidente da Comissão de Crianças e Jovens de Sardoal, referindo que a Presidência da CPCJ não é da Câmara por inerência, mas sim por eleição de entre todos os membros da Comissão Alargada. -----

Continuou, dizendo que o ano de 2012 foi um ano em que transitou do ano de 2011, 21 processos, foram instaurados 11 novos processos e recebeu outro que transitou de outra CPCJ. Estas transições de CPCJ têm a ver com o local e residência da criança e dos seus pais, quando se dá uma mudança de residência o processo tem de acompanhar para área de residência. No total de 35 processos, foram arquivados 5, numa fase preliminar, após essa fase, 18 processos e não houve nenhum que transitasse de Comissões, no total, a CPCJ de Sardoal teve 12 processos ativos. -----

Tem sido preocupação da Comissão ao longo destes tempos procurar que as famílias encontrem na CPCJ também, alguém que os pode ajudar, aquilo que normalmente é notícia, quando se fala da CPCJ é alguém que entra na casa das pessoas para ver o que é que lá têm ou alguém que lhes retira as crianças. O que acontece é que por este país fora há casos de muito sucesso de todas as CPCJ's, que não são notícia, elas existem, assim não precisam de ser notícia. -----

A CPCJ de Sardoal também teve casos complicados, alguns muito duros de acompanhar, mas também teve, na sua grande maioria, casos de muito sucesso. Apraz também registar que, ao longo deste tempo, muitas vezes os próprios pais, os próprios familiares, sentiram na CPCJ um apoio para poderem resolver os problemas que eles não conseguiam, das suas próprias crianças e, quando assim é, é bom, é uma imagem que se dá da CPCJ, que na sua opinião é saudável. Também tem a ver com o conjunto de pessoas que dela fazem parte, sendo certo que existe um constrangimento que se verifica no relatório, pois nem sempre as entidades, na sua maioria ligadas ao estado, profissionais de determinadas áreas, nomeadamente ação social, têm a disponibilidade que deviam ter, pois lamentam-se do número de processos que têm em outras comissões, do número de trabalhos que têm e, nem sempre têm a capacidade ou a disponibilidade que deveriam ter para responder às necessidades que, felizmente não são muitas, mas que deixam muita preocupação. -----

A CPCJ de Sardoal conta com uma grande ajuda dado que tem um acordo com o Ministério da Educação e com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, de uma professora cooptada, que está com um horário em que, metade dele é feito na CPCJ, ou seja, das trinta e cinco horas, que é o horário de professor, dezassete horas e trinta minutos são disponibilizados para a CPCJ, o que é ótimo porque muitos dos processos e muito do acompanhamento pode ser feito em contexto escolar, o acompanhar as crianças mesmo depois há sempre medidas a aplicar e, muitas delas têm a ver com o contexto escolar e isso é uma vantagem grande que se tem por parte do acompanhamento de um profissional da área da educação. -----

Referiu também que, não tanto em 2012, mas em 2013, sente-se o agudizar da crise, que as famílias estão mais vulneráveis, que os problemas e as preocupações estão maiores, mas também o conhecimento e a sensibilidade em saber quem as pode ajudar, também é importante e tem acontecido. -----

O Senhor Vice-Presidente mostrou a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos que os Senhores deputados quisessem colocar. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Manuel Paulo apenas para realçar o papel importante que as CPCJ's têm a nível a nível de todo o país, no acompanhamento das famílias desestruturadas que cada vez acontecem com mais frequência e, é evidente, pelo relatório, que o tipo de problemas mais referenciados seja a negligência, exatamente porque cada vez há mais famílias estão desestruturadas e o papel das CPCJ's, no aspeto de acompanhamento à família e aos jovens é um papel muito importante. O Senhor deputado congratulou-se e, também em nome da bancada do PS, pelo papel que a CPCJ de Sardoal tem feito. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente para referir a necessidade de ser revista e, este assunto já foi comunicado à Comissão Nacional, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens, dado que existem situações em que se deseja ir mais além e a Lei não permite e, existem situações em que a CPCJ não intervém, dando o exemplo de um progenitor que nunca quis saber de uma criança, provavelmente nem a conhece e, quando há necessidade de autorização para que se possa intervir é necessário, ridiculamente, a assinatura dos dois progenitores. A Lei é assim mas questiona sobre a legitimidade de alguém que nunca viu o seu filho, que nunca quis saber do filho, assinar naquele dia, para que uma Comissão possa intervir. Esta é uma situação que tem acontecido algumas vezes e outra também é o facto de a Comissão sentir que quando o processo sai da CPCJ e vai para o Ministério Público, o facto de se perder o acompanhamento daquele processo deixa a Comissão muito preocupada pois sabe que aquele, vai para o monte de muitos processos que a Comarca tem, de muitos sítios, e a resposta que a justiça tem para acompanhar estas crianças, são frágeis e não existem muitas das vezes e por vezes os processos rodam, existindo algo que tem de mudar nesta legislação urgentemente, até porque os problemas são novos e é importante que alguém tenha essa sensibilidade. -----

Continuou o Senhor Vice-Presidente referindo ter havido uma reunião há pouco tempo precisamente para se analisar os relatórios das Comissões, estes problemas foram aflorados, aguardando-se agora que os decisores sintam esta legislação como prioritária, para que a possam rever e ser sensíveis àquilo que são as indicações que as diferentes CPCJ's têm transmitido. -----

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenção do público. -----

O Senhor Presidente da Mesa alertou para o facto de, em virtude do calendário eleitoral e ao contrário do que tem sido habitual, a próxima reunião e última do calendário deste mandato ser previsivelmente na primeira quinzena de setembro. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____